Valor Econômico | 09/02/18 | BRASIL

Novos planos para o BNDES até 2035

CLAUDIA SAFATLE

O Plano Estratégico do BNDES, que foi discutido esta semana com o governo e deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do banco em março, define um objetivo - levar o Brasil à condição de país desenvolvido até 2035 - e faz um conjunto de propostas para aumentar a produtividade da economia, alavancar recursos e estimular o crescimento do mercado de capitais.

Para o país dar um salto de produtividade, o banco atuará em três áreas: infraestrutura e logística; modernização da estrutura produtiva e investimentos sociais (em educação, saúde e segurança). O diretor de Planejamento e Crédito do BNDES, Carlos Alexandre Da Costa, foi quem coordenou a discussão do programa, que é uma iniciativa inovadora da instituição.

Uma das ideias é o BNDES funcionar como um "dealer" e dar liquidez às debêntures, mercado que não cresceu como se imaginava por falta de liquidez dos papéis. Explora, também, a criação de novos instrumentos de garantias e a securitização de recebíveis do banco. A securitização só será possível nos projetos financiados em Taxa de Longo Prazo (TLP), com juros mais próximos aos de mercado e eventuais subsídios explícitos, previstos em projetos plurianuais.

Missão do banco: tornar o Brasil um país desenvolvido

O BNDES, que chegou a ter desembolsos de R$ 190 bilhões em 2013, agora trabalha com desembolsos da ordem de R$ 90 bilhões por ano. Recursos que serão complementados pelo setor privado nos projetos de infraestrutura que tenham impacto na produtividade - ferrovias, saneamento básico, mobilidade urbana e geração de energia.

O banco vai operar, também, com um "kit" básico, o "BNDES 10", para que projetos de até R$ 10 milhões possam ser liberados em um prazo de dez dias, sem grandes burocracias. Hoje, esses prazos superam 180 dias. Serão recursos para iluminação pública, estação de tratamento de esgoto e resíduos sólidos, dentre outros.

O diretor explicou que, para cumprir o objetivo básico definido no plano estratégico, nos próximos 18 anos a renda per capita terá que atingir US$ 25.200 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) chegar a 0,86 - parâmetros hoje comparáveis aos de Portugal e Grécia.

Para chegar lá, saindo de uma renda per capita de US$ 10 mil (ranking do FMI) e de um IDH de 0,75 (dados de 2015), será preciso aumentar a escolaridade e melhorar a qualidade do ensino, crescer em média 3,3% ao ano e elevar em 2,7% ao ano o PIB per capita. Pode parecer muita ambição, dado o baixo desempenho do produto per capita nos anos mais recentes, mas "nos últimos 115 anos a renda per capita do brasileiro cresceu, em média, 3,7%", observou Da Costa.

Caberá a esse novo BNDES "transformar a vida de gerações de

brasileiros pelo desenvolvimento sustentável", resumiu ele. Para cumprir essa missão, o tamanho do banco - R$ 90 bilhões em desembolsos -é, segundo o diretor, adequado, porque a intenção é estimular o crescimento do mercado de capitais, e não competir com ele.

O Plano Estratégico foi submetido esta semana ao Conselho de Administração do BNDES e, posteriormente, aos secretários da Fazenda, Planejamento e Casa Civil.

A moldura do BNDES foi produto da mobilização de 800 funcionários da instituição, mais de 30 workshops, 38 entrevistas com profissionais de fora da instituição e consultas a mais de 500 clientes. O plano começou a ser preparado tão logo Da Costa assumiu, em agosto do ano passado, e ficou pronto agora.

Procurou-se, no debate, definir qual a relevância do banco, onde ele vai atuar e que impacto poderá ter na sociedade. Depois de ouvir a exposição do plano estratégico, economistas do governo que estavam presentes à reunião, no Ministério do Planejamento, comentaram que agora "o BNDES tem um caminho que faz sentido".

Outras ideias estão concebidas no plano, a exemplo da criação de um braço na instituição de fomento para funcionar como um banco de investimentos da União.

O governo federal tem um amplo leque de ativos (terrenos, imóveis, mais de 140 empresas). O BNDES tem uma atitude passiva diante desses ativos e só entra em algum negócio quando chamado. Como banco de investimento ele passaria a ter uma postura ativa para montar propostas de operações de venda, fusão, incorporação e o que mais for possível.

Com a perspectiva de investimentos de longo prazo - "para ações de curto prazo o governo federal tem o BB e a Caixa ", disse Da Costa - o que se pretende do BNDES é que desenvolva "políticas de alto impacto incentivador de transformações" que coloquem o país no século XXI.

Ao definir como prioridade na área social a educação, saúde e segurança -que serão trabalhadas com os respectivos ministérios, o diretor espera formar mão de obra qualificada para o mercado e estabelecer condições de segurança nas cidades. "O Rio de Janeiro não é um polo de economia criativa e Recife não é um polo de economia digital, mesmo tendo essas vocações, por causa da insegurança."

Sob fortes críticas por ter sido usado pelo governo do PT para criar as empresas "campeãs nacionais" às custas de pesados empréstimos do Tesouro Nacional, o BNDES terá, portanto, um novo papel. Só irá financiar grandes companhias se os projetos tiverem "relevante efeito modernizador", disse.

Tudo isso implicará também uma economia mais aberta. "As empresas brasileiras terão que competir de igual para igual com o resto do mundo. O impacto do acordo do Mercosul com a União Europeia será mais relevante do que a abertura dos anos 90", adiantou Da Costa.

Deixar de ser um país de renda média para se transformar em uma nação desenvolvida não é um trajeto trivial. O Brasil acostumou-se aos "voos de galinha" da economia, segundo ele, por falta de previsibilidade, consistência e equilíbrio fiscal e monetário.

"Há países que se desenvolveram e depois se desequilibraram, e há países equilibrados que não se desenvolveram. Mas não há história de países com desequilíbrios que tenham se desenvolvido", disse.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

FOLHA DE SÃO PAULO | 09/02/18 | EDITORIAL

Para quem o juro cai

Numa decisão esperada, o Banco Central reduziu sua taxa, a Selic, de 7% para 6,75% ao ano, o menor patamar de uma história de juros nacionais exorbitantes.

Salvo surpresas positivas, como a aprovação da reforma da Previdência Social nas próximas semanas, o mais provável é que se interrompa por algum tempo o longo ciclo de queda da Selic, iniciado em outubro de 2016.

Está em jogo agora por quanto tempo os juros permanecerão em níveis mais civilizados —e em que medida o abrandamento monetário chegará ao crédito concedido a consumidores e empresas.

Quanto ao primeiro ponto, tudo dependerá da inflação. A situação atual se mostra favorável: o IPCA de janeiro, de 0,29%, foi historicamente baixo para o mês. Em 12 meses, a alta acumulada dos preços não passa de 2,86%, bastante abaixo da meta oficial de 4,5%.

Com a expectativa de uma boa safra agrícola, repetindo o resultado do ano passado, e o desemprego ainda elevado, não se vê maior risco de repique neste ano. As projeções de analistas rondam os 3,9%.

Mesmo nesse quadro aparentemente tranquilo, o BC faz bem em indicar certa prudência no momento. Restam incertezas de ordem política, que vão do andamento da agenda de ajustes orçamentários às eleições presidenciais.

Tendo em vista, ademais, que a retomada econômica dá sinais mais alentadores e que a meta de inflação será cadente nos próximos anos —para 4,25% em 2019 e 4% em 2020, respectivamente—, convém aguardar o efeito dos cortes já promovidos nos juros antes de tomar novas decisões.

Há muito a fazer, enquanto isso, para reduzir o custo do dinheiro para o setor privado. As taxas ainda são abusivas e controladas por poucos bancos. Reformas institucionais que aumentem a competição, como o cadastro positivo, devem ser aceleradas.

O principal desafio, porém, será manter juros reais (descontada a inflação) inferiores a 3% de forma perene, o que depende de progressos em várias áreas, sobretudo na recuperação da saúde orçamentária do Estado, que mal se iniciou.

O ESTADO DE S. PAULO | 09/02/18 | ECONOMIA

Padilha afirma que juro pode cair mais com reforma

Ministro afirmou ainda que aprovação da PEC da Previdência poderia levar a uma alta do PIB brasileiro de 4% a 5% neste ano

Carla Araújo e Adriana Fernandes/ BRASÍLIA

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que o Banco Central poderá continuar reduzindo os juros, se a reforma da Previdência for aprovada ainda em 2018. A porta para a redução adicional da taxa de juros, segundo o ministro, foi aberta pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na reunião de quarta-feira. O Copom decidiu na reunião reduzir em 0,25 ponto porcentual da taxa básica de juros da economia (Selic), que desceu ao menor patamar histórico, de 6,75% ao ano.

Padilha estima que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) poderá levar a uma alta de 4% a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. A estimativa atual é de crescimento de 3% (governo) a 3,5% (mercado financeiro). O crescimento maior, disse, intensificará a arrecadação e permitirá à economia andar "a passos mais largos". "Acredito nisso piamente", afirmou ao Estadão/ Broadcast. Na avaliação do ministro, a reforma da Previdência terá "zero influência" para o governo do presidente Michel Temer, porque o Orçamento de 2018 já está lançado.

Mas ele insistiu na tese de que a proposta precisa ser aprovada logo para evitar que o próximo presidente da República tenha problemas fiscais e seja obrigado a rever o teto de gastos – instrumento legal que limita o crescimento da despesa à inflação. Segundo ele, a reforma "em si" não terá influência no governo Temer já que os números orçamentários já estão todos definidos, com a previsão de déficit nas contas públicas, que encolheu a capacidade de investimento. "Mas vai chegar 2019. E, aí, se não tiver feito a reforma, vamos ter grande dificuldade."

O ministro disse que o Brasil não pode continuar com déficit crescente e indefinido. Ele destacou que para 2018 o teto de gastos será cumprido, mas ponderou que o risco cresce sem a reforma. Na sua avaliação, a possibilidade de romper o teto não pode ocorrer sob o risco de o próximo governo perder o controle das contas públicas. "Será que é bom deixar adiar, ou tem que fazer isso de uma vez?", alertou.

Sem aparentar ceticismo em relação à chance de aprovação da reforma, o ministro disse, porém, que o "mundo não vai acabar" se a reforma não sair. "Nós vamos continuar. Como já está lançado o Orçamento, temos o rumo que vamos trilhar. Em 2019, aí sim, começa a depender de ter ou não a reforma", disse.

Demandas. Depois de atender a várias demandas de parlamentares no ano passado para a aprovação da reforma, o ministro disse que "este ano não tem nada". E minimizou a força dos governadores para aprovar o projeto. "Cada deputado é um reino separado", afirmou ele, enfatizando que o problema da Previdência é maior nos Estados e que os governadores precisam se manifestar a favor. Para Padilha, o papel do executivo agora é insistir para que a matéria seja votada e colocar "dentro do possível, o número de parlamentares que são necessários à aprovação".

Ao ser questionado se é de interesse do presidente colocar a matéria mesmo sem votos e manter o discurso de que "já fez a sua parte", Padilha disse que não afirmaria que "isso não existe" e reforçou que Temer cobrou na mensagem de abertura dos trabalhos no Legislativo que "é hora de decidir". "Essa é a palavra do presidente Michel. Mas, de outra parte, a gente tem que reconhecer que a pauta da Câmara é feita pelo presidente da Câmara", completou, reconhecendo a resistência de Rodrigo Maia em

pautar a matéria para ser derrotada.

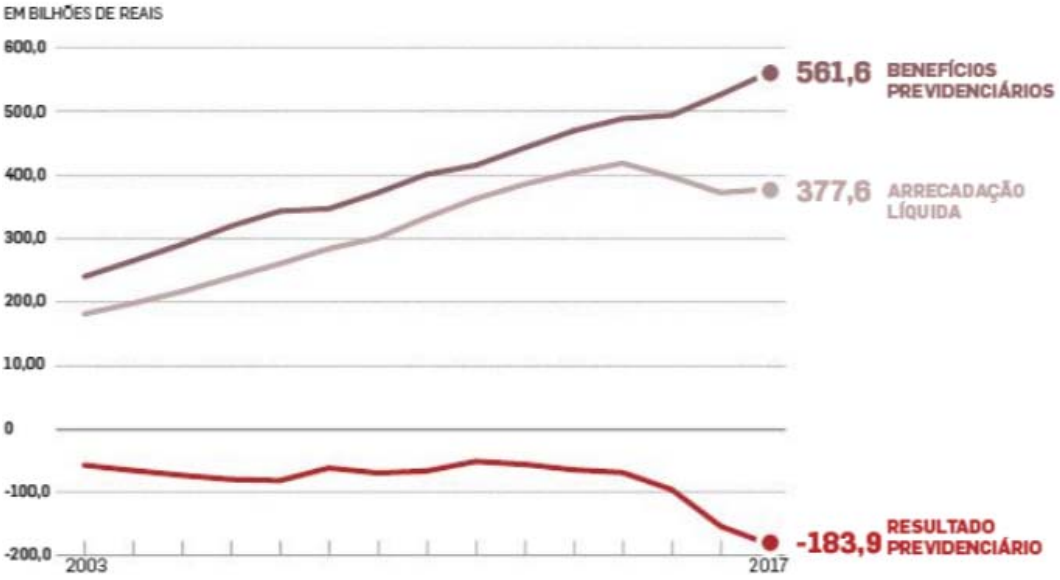
Apesar de o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDBCE), ter apresentado resistências à aprovação da proposta antes das eleições, o ministro disse que o presidente Temer e ministros têm conversado com senadores e que o governo não está descuidando das negociações com o Senado. Segundo ele, o governo não trabalha com a hipótese de o Senado engavetar a proposta de reforma depois de aprovada na Câmara. Esse é um dos receios dos deputados. "É hora de decidir", afirmou. Ele avaliou que o governo conseguiu agora acertar na comunicação e acredita que o efeito desse acerto será a conversão da base aliada.

Concessões. O ministro confirmou que o governo está aberto a três novas mudanças no Congresso: a regra de transição para os servidores que entraram no serviço público antes de 2003; a elevação do teto para o acúmulo de pensões e aposentadorias, e a aposentadoria especial para os agentes penitenciários. Mas ponderou que será preciso ter um teto para o acúmulo e não será aceita a proposta de acabar com essa restrição: “Aí, não. Se nós estamos estabelecendo um regime uniforme todos terão o teto do INSS. Acima disso, nada.”

A PREVIDÊNCIA DO PAÍS

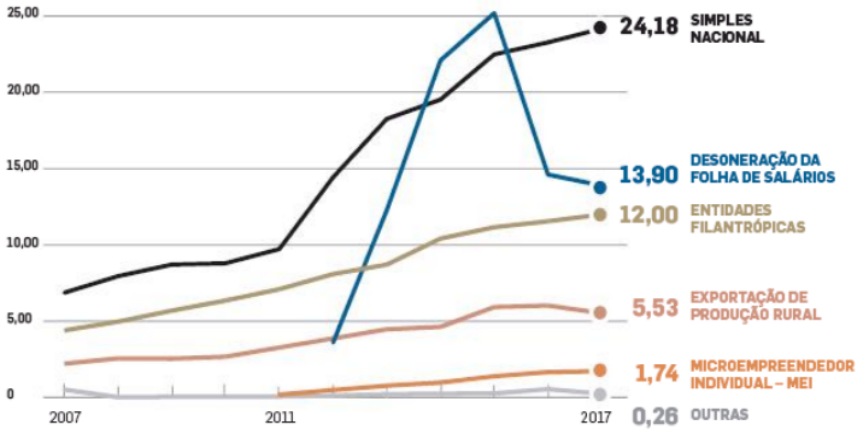
● Governo Michel Temer espera economizar com a reforma R$ 600 bilhões em dez anos

Receita X despesas



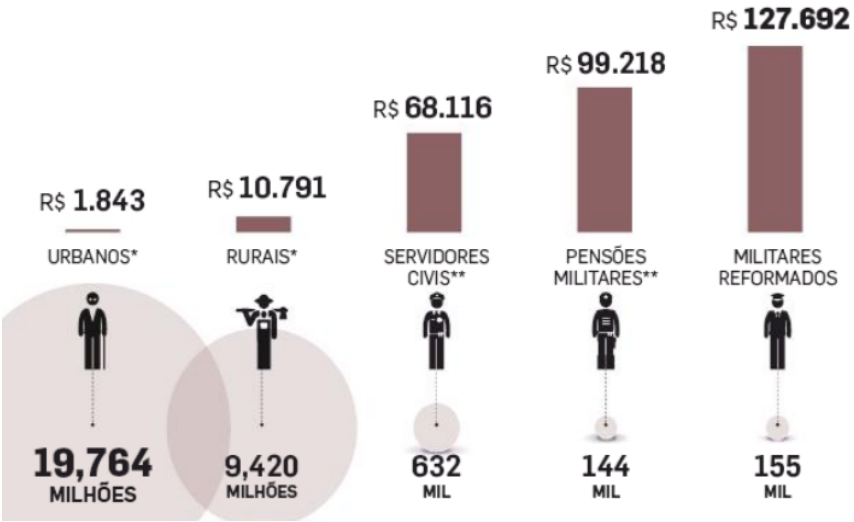
Renúncia de receitas Previdenciárias

EM BILHÕES DE REAIS



Déficit per capita

O rombo causado pelos diferentes beneficiários em 2016



Aposentadoria média

EM REAIS

Demografia

Brasil 1980-2060

EM MILHÕES DE PESSOAS

*REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL; **REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

FONTES: MINISTÉRIO DA FAZENDA; RPEO, BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DEZ/2016) E BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL (JAN/17)/RELATÓRIO DA PREVIDÊNCIA/MF

O ESTADO DE S. PAULO | 09/02/18 | ECONOMIA

Mudança na proposta custará R$ 400 milhões em 10 anos

A última mudança na proposta da reforma da Previdência que tramita na Câmara dos Deputados vai custar R$ 400 milhões em dez anos. A alteração anunciada anteontem pelo relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), prevê pensão integral para viúvas e viúvos de policiais mortos em serviço. O cálculo é da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda. Com a mudança, a economia de despesas prevista com a reforma no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – regime de previdência dos servidores públicos – cai de R$ 88,1 bilhões para R$ 87,7 bilhões em dez anos. Essa economia só leva em conta os gastos da União.

Não está incluído o impacto da mudança nas finanças dos Estados. O governo incluiu essa medida na proposta de reforma para obter mais votos favoráveis à reforma da chamada Bancada da Bala. O relator disse, durante o anúncio, que é uma medida importante neste momento em que policiais têm morrido em ação por conta do aumento da criminalidade no Brasil. A expectativa do governo e das lideranças da base no Congresso Nacional é de tentar votar a proposta até o dia 28 de fevereiro. Se não houver condições favoráveis, a estratégia é retirar a reforma da pauta na Câmara dos Deputados.

Ontem, depois de participar de debate sobre a reforma da Previdência na TV Estadão, o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse que os próximos dias serão tomados por uma agenda "super intensa" de negociações com o Congresso e que telefonemas também deverão ser feitos a parlamentares mesmo durante o carnaval com o objetivo de aprovar a proposta de emenda constitucional que muda as regras das aposentadorias. "No carnaval acho que vai ter muito telefonema e logo na sequência se retoma o conjunto de conversas.

Tem que ser uma agenda realmente bastante intensa nesses dias que se seguem para concretizar a aprovação da reforma", comentou o secretário, após participar de debate sobre a reforma da Previdência na TV Estadão. Durante o debate, Caetano disse estar confiante na aprovação do texto. Disse que a reforma nas aposentadorias é necessária para reequilibrar as contas públicas e, como consequência, criar um ambiente melhor para o País ter taxas de juros mais baixas e atrair mais investimentos. Segundo ele, o problema da Previdência é estrutural e não de conjuntura. / ADRIANA FERNANDES EDUARDO LAGUNA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E CAIO RINALDI

O ESTADO DE S. PAULO | 09/02/18 | ECONOMIA

Eletrobrás aprova venda de distribuidoras

Com apoio de minoritários, governo vence diretoria da Eletrobrás e assembleia de acionistas define que dívida de R$ 19,7 bi fica com a estatal

Anne Warth/ BRASÍLIA

A Eletrobrás aprovou ontem, em assembleia geral de acionistas, a privatização das seis distribuidoras de energia no Norte e Nordeste do País. Com 51% do capital votante, a União votou a favor da privatização de todas as empresas, conhecidas por má gestão e pelo acúmulo de dívidas bilionárias. Essa decisão era considerada fundamental para abrir caminho para a privatização da própria Eletrobrás, que deve ocorrer por meio de uma operação de aumento de capital, depois da qual a participação da União será reduzida.

Maior entrave ao processo de privatização, a dívida dessas companhias, de R$ 19,7 bilhões, ficou integralmente com a holding. O voto contrariou a orientação da diretoria da empresa, que defendia que a Eletrobrás ficasse com R$ 11,2 bilhões dos débitos e os restantes R$ 8,5 bilhões fossem assumidos pelos futuros concessionários. A posição da União permitirá que as distribuidoras sejam adquiridas "limpas" pelos novos investidores. Sozinho, o governo já conseguiria aprovar a venda do controle das empresas e evitar a liquidação.

Mas acionistas minoritários deram apoio massivo ao voto da União. A avaliação era de que era melhor assumir toda a dívida do que correr o risco de não vender as empresas e, eventualmente, liquidá- las. O voto do governo foi lido pelo coordenador-geral substituto de assuntos societários da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Luiz Frederico de Bessa Fleury, e assinado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Além da PGFN, o voto contou com a análise do Tesouro Nacional e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento. Envolvido no processo de privatização das empresas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se absteve de votar.

Protesto. A assembleia foi marcada por protestos de sindicalistas e trabalhadores das distribuidoras, que bloquearam o acesso dos acionistas ao auditório no edifício da sede da empresa em Brasília (DF). Marcada para as 14 horas, a reunião só começou às 17h18. Devido à impossibilidade de acesso ao auditório, parte dos acionistas acompanhou as deliberações de outra sala do edifício, com transmissão ao vivo.

A assembleia – que foi aberta pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Armando Casado, e encerrada pelo presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr - chegou a ser suspensa por ameaças de invasão dos trabalhadores, mas foi retomada após a intervenção de policiais militares e federais. O voto da União teve duas condicionantes. Uma diz respeito à Amazonas Energia. A diretoria da Eletrobrás havia estabelecido como condição para privatização que houvesse reconhecimento, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do governo ou da Justiça, em decisão definitiva, do direito ao reembolso integral, pelos fundos setoriais, dos gastos da empresa com o fornecimento de gás, no valor de R$ 2,9 bilhões. Em seu voto, o governo retirou essa exigência.

O governo também votou por manter o poder ao Conselho de Administração para fazer o aumento de capital nas distribuidoras no processo de

privatização. Porém para que isso ocorra, será preciso uma manifestação prévia favorável do Ministério da Fazenda. As distribuidoras de energia da Eletrobrás atuam nos Estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Piauí e Alagoas. A intenção da empresa é leiloar as distribuidoras até o dia 30 de abril. Cada uma delas terá valor simbólico de R$ 50 mil.

Investimentos. Os novos investidores serão obrigados a assumir compromissos de investimentos no valor de R$ 7,8 bilhões nessas empresas, dos quais 30% serão depositados no momento da aquisição das companhias. As distribuidoras pertenciam a governos estaduais, mas foram assumidas pela Eletrobras no fim da década de 1990.

A intenção era privatizá-las em seguida, mas elas ficaram quase 20 anos nas mãos da Eletrobrás. Nesse período, geraram prejuízo de mais de R$ 20 bilhões. O plano da Eletrobrás ao desestatizar as distribuidoras é se concentrar nas áreas de geração transmissão e comercialização de energia.